Lista de verificação sobre proteção de denunciantes

Ci	ritérios	Indicadores	1. Atendeu 2.Atendeu parcialmente 3.Não atendeu	Áreas de melhoria
1.	Sua organização tem uma política de denúncias de irregularidades que protege os denunciantes contra represálias?	 Política organizacional que protege os denunciantes A política lista a "salvaguarda" como uma questão de interesse público. A política claramente protege os denunciantes contra qualquer represália e tratamento injusto. 		
2.	Você fornece treinamento obrigatório sobre denúncias de irregularidades para novos curadores/ funcionários/voluntários quando eles se juntam à organização?	 Há treinamento obrigatório sobre a política de denúncia de irregularidade Esse treinamento ocorre dentro do período de indução para todos que ingressam na organização, independentemente de seu cargo. 		
3.	Os procedimentos de denúncias em sua organização são conhecidos e acessíveis aos funcionários e pessoal associado?	 Durante a sua integração, o funcionário e o pessoal associado são informados de seu direito de serem salvaguardados pela organização de todas as formas de danos. Eles são informados sobre como denunciar (por escrito, verbalmente, etc.), em idiomas acessíveis, a quem o relatório é enviado (por exemplo, Recursos Humanos ou Líder de Salvaguarda) e o que pode e deve ser denunciado ao líder de salvaguarda 		
4.	Os funcionários estão confiantes de que o sistema irá apoiálos e protegê-los quando denunciarem uma preocupação de salvaguarda ou outra preocupação?	 Os funcionários foram consultados quando as políticas e procedimentos estavam sendo desenvolvidos, para sentirem-se responsáveis por esses. Pesquisas indicam a confiança dos funcionários no sistema. A organização pode demonstrar que as ações são tomadas de forma rápida e confidencial, protegendo o anonimato do denunciante. 		
5.	As denúncias mal- intencionadas são tratadas de forma a proteger o "Sujeito da Reclamação" (aquele que foi denunciado).	 A política de denúncia afirma que as organizações têm a responsabilidade de proteger a confidencialidade de todas as pessoas, incluindo o "Sujeito da Reclamação". A política afirma que, se for descoberto que as alegações foram feitas de forma malintencionada, medidas devem ser tomadas contra o denunciante. 		